

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça

**Despacho n.º 20 222/2005 (2.ª série).** — Nos termos das disposições conjugadas nos n.ºs 5 e 6 do artigo 68.º e 2 do artigo 69.º, ambos da Lei n.º 3/99, de 13 de Janeiro, atento o parecer favorável do Conselho Superior da Magistratura, autorizo a remuneração de dois quintos do vencimento à licenciada Solange Nadine Victorino Vasconcelos Hasse, juíza de direito do Tribunal de Execução de Penas de Lisboa, por acumulação de funções no 2.º Juízo do Tribunal Judicial da Amadora, no período compreendido entre 18 de Outubro e 21 de Dezembro de 2004.

13 de Setembro de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

### Centro de Estudos Judiciários

**Despacho (extracto) n.º 20 223/2005 (2.ª série).** — Por despacho da directora do Centro de Estudos Judiciários de 31 de Agosto de 2005, no exercício de competência delegada, precedido de autorização do Conselho Superior da Magistratura de 20 de Julho de 2005:

Licenciado Salvador Pereira Nunes da Costa, juiz conselheiro — nomeado para exercer, em regime de acumulação e a tempo parcial, as funções de docente no Centro de Estudos Judiciários, nos termos dos artigos 81.º, n.ºs 2 e 3, e 83.º, n.º 1, da Lei n.º 16/98, de 8 de Abril, no período de 15 de Setembro de 2005 a 15 de Julho de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Setembro de 2005. — O Director-Adjunto, *António Carlos Duarte Fonseca*.

**Despacho (extracto) n.º 20 224/2005 (2.ª série).** — Por despacho da directora do Centro de Estudos Judiciários de 31 de Agosto de 2005, no exercício de competência delegada, precedido de autorização do Conselho Superior do Ministério Público de 27 de Julho de 2005:

Licenciada Maria Isabel Moreira da Silva Varandas Fernandes, procuradora-adjunta — nomeada para exercer, em regime de acumulação e a tempo parcial, as funções de docente no Centro de Estudos Judiciários, nos termos dos artigos 81.º, n.ºs 2 e 3, e 83.º, n.º 1, da Lei n.º 16/98, de 8 de Abril, no período de 15 de Setembro de 2005 a 15 de Julho de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Setembro de 2005. — O Director-Adjunto, *António Carlos Duarte Fonseca*.

### Comissão de Apreciação e Controlo da Actividade dos Administradores da Insolvência

**Aviso n.º 8234/2005 (2.ª série).** — Ao abrigo do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso de competência que me foi delegada pela Comissão de Apreciação e Controlo da Actividade dos Administradores da Insolvência, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 129, de 7 de Julho de 2005, faço público que, relativamente às listas dos administradores da insolvência publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, de 11 de Março de 2005, se procedeu às seguintes alterações de morada:

#### Lista dos administradores da insolvência do distrito judicial do Porto

Manuel Reinaldo Mâncio da Costa, Rua de Camões, 218, 2.º, sala 6, 4000-138 Porto (a).  
Paulo Manuel Carvalho da Silva, Praça de Mouzinho de Albuquerque, 113, 5.º, sala 919, 4100-360 Porto (a).

(a) Especialmente habilitado a praticar actos de gestão.

19 de Agosto de 2005. — O Presidente, *João Augusto de Moura Ribeiro Coelho*.

**Aviso n.º 8235/2005 (2.ª série).** — Ao abrigo do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso de competência que me foi delegada pela Comissão de Apreciação e Controlo da Actividade dos Administradores da Insolvência, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 129, de 7 de Julho de 2005, faço público que, relativamente às listas dos administradores da insolvência publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, de 11 de Março de 2005, concedi as seguintes suspensões:

António Manuel Henriques Amaral — suspenso, a seu pedido, entre 12 de Setembro de 2005 e 11 de Setembro de 2007.

Luis de Magalhães Correia Leite — suspenso, a seu pedido, entre 19 de Setembro de 2005 e 18 de Setembro de 2007.

Nelson Caetano de Sá Soares de Oliveira — suspenso, a seu pedido, entre 31 de Outubro de 2005 e 30 de Outubro de 2007.

19 de Agosto de 2005. — O Presidente, *João Augusto de Moura Ribeiro Coelho*.

### Direcção-Geral da Administração da Justiça

**Despacho (extracto) n.º 20 225/2005 (2.ª série).** — No uso de subdelegação de competências conferida pelo subdirector-geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 146, de 1 de Agosto de 2005) e por meu despacho de 2 de Setembro de 2005:

Maria de Fátima Carmo Alves Macedo M. Mendes, escritvã-adjunta (escalão 6, índice 500) da 8.ª Vara Cível do Porto — autorizado o exercício de funções, em regime de substituição, como escritvã de direito (escalão 1, índice 510) da mesma Vara Cível, no período de 1 a 31 de Janeiro de 2005.

Maria Dias Daniel Moraes, escritvã-adjunta (escalão 6, índice 500) do Tribunal da Comarca de Évora — autorizado o exercício de funções, em regime de substituição, como escritvã de direito (escalão 1, índice 510) do 1.º Juízo de Competência Especial Criminal de Évora, no período de 18 a 31 de Janeiro de 2005.

6 de Setembro de 2005. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

### Unidade de Missão para a Reforma Penal

**Despacho n.º 20 226/2005 (2.ª série).** — 1 — Ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 5 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 138/2005 aprovada em 29 de Julho de 2005 e publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, de 17 de Agosto de 2005, que criou a Unidade de Missão para a Reforma Penal, e no n.º 1 dos artigos 2.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio, para exercer as funções de chefe do meu Gabinete, o mestre em Direito Arménio Marques Ferreira.

2 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2005.

3 — Nos termos do artigo 79.º do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro (Estatuto da Aposentação), o nomeado auferirá uma terça parte da remuneração total que compete ao cargo de chefe de gabinete do membro do Governo.

4 — O nomeado fica expressamente autorizado a exercer actividades docentes em instituições do ensino superior e a exercer actividades compreendidas na sua especialidade profissional, nos termos previstos nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 196/93, de 27 de Maio.

1 de Setembro de 2005. — O Coordenador, *Rui Carlos Pereira*.

**Despacho n.º 20 227/2005 (2.ª série).** — 1 — Ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 5 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 138/2005, aprovada em 29 de Julho de 2005 e publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, de 17 de Agosto de 2005, que criou a Unidade de Missão para a Reforma Penal, e no n.º 1 dos artigos 2.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio, para exercer funções no meu Gabinete como secretária pessoal, Palmira Adelaide Lopes da Silva, para o efeito requisitada ao Instituto Nacional de Habitação.

2 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2005.

1 de Setembro de 2005. — O Coordenador, *Rui Carlos Pereira*.

**Despacho n.º 20 228/2005 (2.ª série).** — 1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, delego no chefe do meu gabinete, mestre Arménio Marques Ferreira, competência para a prática dos seguintes actos:

a) Autorizar a celebração de contratos de tarefa e de avença, ao abrigo do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 41/84, com a